

Elizete Passos

Ética nas Organizações



EDITORA ATLAS S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)  
01203-904 São Paulo (SP)  
Tel.: (0 \_ \_ 11) 3357-9144 (PABX)  
[www.atlasnet.com.br](http://www.atlasnet.com.br)

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. - 2004

© 2004 by EDITORA ATLAS S.A.

Capa: Roberto de Castro Polisel  
Composição: Formato Serviços de Editoração S/C Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Passos, Elizete

Ética nas organizações / Elizete Passos. -- São Paulo : Atlas, 2004.

Bibliografia.

ISBN 85-224-3862-5

1. Empresas – Aspectos morais e éticos 2. Ética 3. Negócios I. Título.

04-3867

CDD-174.4

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Ética nas organizações 174.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



## Sumário

*Apresentação*, 9

*Prefácio*, 13

### Parte I – ACERCA DOS CONCEITOS, 19

#### 1 REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA, 21

Aproximação conceitual, 22

Definindo moral e ética, 22

Prática moral, 25

A prática moral em nossa sociedade, 26

A prática moral que desejamos, 28

Características de uma nova ordem moral, 28

#### 2 PRINCIPAIS DOUTRINAS ÉTICAS, 31

Idade Antiga, 31

Idade Média, 37

Idade Moderna, 40

Idade Contemporânea, 42

Escola de Frankfurt, 45

- 3 VALORES ORGANIZACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES, 50  
 Pensando em valores, 51  
 Reflexões sobre o conceito de razão, 53  
 Significado do uso da razão hegemônica nas empresas, 58  
 Racionalidade e ética, 59  
 Nova tendência valorativa nas organizações, 62
- 4 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES: EM BUSCA DE UM CONCEITO, 65  
 O que significa a ética nas organizações, 66  
 Trabalhando a formação ética nas empresas, 69  
 O ser humano deve ser o fim, 73
- 5 PERFIL ÉTICO DAS ORGANIZAÇÕES, 76  
 Características das organizações, 76  
 Nos “bastidores” das organizações, 78  
 Organização e lucratividade, 80  
 Perfil ético que deve ter uma organização, 83
- 6 EMPRESA ÉTICA, 86  
 Características da sociedade: a predominância da máquina, 87  
 Humanismo e ética nas empresas, 88  
 Como deve ser uma empresa ética, 92
- 7 ÉTICA COMO INSTRUMENTO PARA A TOMADA DE DECISÕES, 96  
 Metáfora do abrigo protetor, 97  
 Descobrimo a decisão correta, 98  
 Como a reflexão ética ajuda a tomar decisões, 100  
 O gerente e a ética, 101  
 Ética como base da formação de recursos humanos, 103
- 8 TENDÊNCIAS DA ÉTICA PROFISSIONAL HOJE, 105  
 Relação entre os valores vigentes na sociedade e os que regem as categorias profissionais, 105  
 Características da ética profissional hoje, 107  
 Pensando em novos caminhos, 110

## Parte II – ACERCA DA PRÁTICA, 113

- 9 O SER HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES, 115  
 O que é o ser humano, 115  
 O ser humano nas organizações, 117  
 Existe luz no fim do túnel, 122
- 10 O ASSÉDIO MORAL NAS ORGANIZAÇÕES, 126  
 Em busca de um conceito de assédio moral, 127  
 Tipos e métodos de assédio, 129  
 Motivos do assédio e quem é assediado, 132  
 Locais mais apropriados ao assédio e quem assedia, 134  
 Conseqüências do assédio, 135  
 Soluções possíveis, 137
- 11 SITUAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO, 140  
 Identidade de gênero: limites e possibilidades, 140  
 Divisão entre o público e o privado, 143  
 Situação da mulher no mundo do trabalho produtivo, 145  
 Uma nova orientação valorativa nas relações de trabalho, 148
- 12 ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, 154  
 Considerações prévias, 154  
 Reflexões sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público, 158  
 Administração ética dos bens públicos, 161
- 13 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS, 164  
 O que é responsabilidade social empresarial?, 165  
 Áreas de ação e suas conseqüências, 168  
 Algumas experiências significativas, 171

*Bibliografia*, 179



## Apresentação

Mais uma vez, senti-me extremamente honrado com o convite da Prof<sup>a</sup> Elizete Passos para apresentar seu trabalho – *Ética nas organizações*.

Como no primeiro lançamento, interpretei o convite como consequência muito mais do nosso relacionamento fraterno e mútuo respeito profissional do que de minha própria experiência profissional. Não obstante isso, com base nesta última é que me senti impelido a tecer os modestos comentários, que seriam até desnecessários, pelo alcance dos conceitos emitidos e pela clareza e didática empregadas neste texto.

Não poderia deixar de registrar que acompanho o trabalho da autora desde o início de sua vida acadêmica, tendo tido o privilégio de ser o primeiro (ou dos primeiros) a ler todas as suas obras literárias, inclusive suas teses de mestrado e doutorado, o que tem sido um permanente exercício de crescimento e aprendizado.

Inicialmente discutindo a problemática da mulher no contexto social, em diferentes épocas, a Prof<sup>a</sup> Elizete sempre desenvolveu seus estudos tendo como pano de fundo as normas e os padrões éticos que ditavam o comportamento e a conduta das pessoas responsáveis pela formação educacional e moral das jovens da nossa sociedade. Destacam-se, nessa fase, *Mulheres moralmente fortes* e a *Educação das virgens*. Posteriormente, lançou diversas outras obras e artigos, alguns voltados diretamente para a área acadêmica, e outros em que aborda o papel da mulher em alguns segmentos profissionais, como *De anjos a mulheres* e *Palcos e platéias*, o primeiro voltado para a área de enfermagem e o segundo para a das ciências humanas.

O lançamento de *Ética nas organizações* foi um novo marco na carreira literária da autora, já que alargou o horizonte dos seus estudos, transcendendo a problemática da mulher e transpondo os muros dos cursos de Filosofia, para enveredar numa área que hoje, sem dúvida, aparece como maior demanda da sociedade em que vivemos – o comportamento ético das pessoas.

Como já manifestado, a experiência profissional leva-me, com muito entusiasmo, a enaltecer o conteúdo deste novo livro. Com mais de 30 anos exercendo a profissão de Administrador de Empresas, tive a oportunidade de trabalhar no setor público e no setor privado. Destaco a experiência como Secretário de Administração de Salvador e como Gerente de Suprimentos da Telebahia, por 18 anos, quando pude vivenciar e externar os postulados éticos que julgo necessários à conduta de um administrador.

Também marcante foi minha passagem pela Brasil Telecom S.A., após o processo de privatização das empresas de telecomunicações em que, desempenhando a função de Gerente de Administração Corporativa, pude dar execução a um processo de “enxugamento” administrativo, conhecido como *downsizing*, mas com muita disciplina estratégica e, principalmente, respeito ético aos colaboradores.

Essas considerações servem para contextualizar esta apresentação e o porquê do meu entusiasmo em fazê-la. Sempre fui adepto de regras rígidas de conduta funcional, especialmente para os profissionais que militavam na área de compras. Sempre apregoei que honestidade não era virtude, mas **obrigação**; portanto, nenhum mérito adicional por “ser honesto”.

Foi, portanto, com esse entusiasmo que li e encantei-me com o conteúdo deste livro. Dos sete capítulos iniciais, ele surge agora com 13, acrescidos de novos temas, em que destaco as questões do assédio moral, da situação da mulher e da responsabilidade social das empresas.

Seu prefácio está didaticamente feito logo a seguir, o que dispensa sua repetição nesta apresentação.

Para concluir, julgo não ser pretensioso afirmar que este livro insere-se no contexto de tudo o que se discute no mundo atual. Tanto no meio acadêmico quanto no campo empresarial, no serviço público, no ambiente político em geral, na religião, na medicina, na esfera criminal/policial, na estrutura judiciária, nos meios de comunicação etc. O fato é que, todos os dias, a sociedade surpreende-se e questiona-se, a maioria das vezes chocada, com fatos e acontecimentos que devem fazer “tremar na tumba” os filósofos e doutores que tanto se preocuparam em direcionar o homem para a *prática do bem*.

Relembro que, no lançamento da 1ª versão deste livro, ainda ressoavam os ecos das manifestações populares pelo *impeachment* do presidente Collor e o desfecho do processo. Também relembro o caso dos “anões do orçamento”, o emblemático desabamento de um edifício residencial no Rio de Janeiro e a famosa obra do Tribunal do Trabalho de São Paulo.

Diariamente, a sociedade surpreende-se com novos fatos. Recente publicação de uma revista de circulação nacional aponta que “os dez maiores corruptos dos últimos 20 anos foram governantes de países pobres”, o que agrava as consequências, pois o roubo foi justamente contra os mais necessitados. Retrata o artigo, dentre outras, as ações dos Presidentes Suharto da Indonésia, Ferdinand Marcos das Filipinas, Mobuto do Zaire, Abacha da Nigéria, Milosevic da Iugoslávia, Duvalier do Haiti e Fujimori do Peru. Na ordem do dia, nosso país escandaliza-se com a operação Anaconda, com o escândalo da Parmalat e muitos outros fatos chocantes mostrados pela imprensa internacional.

Daí a importância deste livro. Até porque a sociedade hoje está mais atenta e cobra o fim da impunidade. Também é importante desfazer informações generalizadas. Felizmente, a sociedade não é feita só de podridão. Há muita gente séria e honesta nas organizações públicas e no setor privado. É preciso desmistificar posicionamentos radicalmente críticos e perguntar o que cada um está fazendo para mudar este estado de coisas. Sim, porque a sociedade de hoje não é diferente da de ontem. Sempre existiram e sempre existirão o bem e o mal.

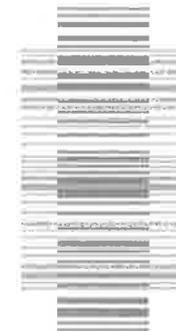
Este livro dá-nos a possibilidade de refletir sobre essas questões e muito mais.

Seus conceitos podem ser discutidos tanto no meio acadêmico, como no próprio seio familiar, nas organizações públicas, nas empresas e onde quer que pessoas estejam em contexto de grupo. Oxalá, volto a dizer, possamos todos, um dia, comemorar o triunfo do bem.

José Cabral Ferreira\*

Salvador, abril de 2004.

\* Atualmente, é Diretor Executivo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e Superintendente Regional do Sesi – BA.



## Prefácio

Nosso interesse pela ética teve início há mais de 20 anos, ainda estudantes do curso de Filosofia da Universidade Federal da Bahia quando, pela mão de um professor, fomos conduzidas a ensinar a disciplina no curso de Filosofia da Universidade Católica da Cidade de Salvador, na condição de professora assistente.

A partir desse momento, cada vez mais, a ética apresentava-se como nossa área de interesse, o que foi reforçado após a conclusão do Curso de Filosofia, momento em que assumimos definitivamente o ensino da mesma na referida Universidade Católica e, mais tarde, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Ao longo de mais de uma década, nosso envolvimento efetivo com a temática deu-se apenas na área acadêmica, através do ensino e da pesquisa. A partir dos anos 80, quando a sociedade começou a redescobrir a importância da ética, em decorrência das conseqüências que a crise de valores trazia para o mundo social, começaram a surgir convites para proferir palestras e conferências em diversas unidades universitárias e instituições ligadas ao mundo dos negócios.

Na década de 90, houve maior demanda da ética por parte de organizações, devido ao aguçamento de velhas questões, a exemplo do descrédito do povo quanto ao padrão ético dos aparelhos do Estado à falta de cumprimento das leis, culminando com o *impeachment* do Presidente Collor, em 1992. Decerto, a situação era um reflexo do movimento que a sociedade tinha iniciado nos anos 80 em prol do respeito pelo ser humano, da justiça social e da honestidade, especialmente na esfera política, que vivia severas críticas, porém também demonstrava um início de mudança na mentalidade tradicional que negava a possibilidade de convivência entre a ética e a economia.

As experiências vividas em outros países, como os Estados Unidos, demonstravam que o comportamento ético dentro de uma organização, além de ser possível, era necessário. Ficava evidente que ele rendia lucros e evitava prejuízos com situações como a perda de clientes, a alta rotatividade e as causas trabalhistas, para citar apenas algumas situações.

Esse entendimento, absorvido por muitas organizações brasileiras, reverteu em demandas mais consistentes do que palestras e conferências, como cursos e treinamentos, o que nos colocou diante de uma grande dificuldade: encontrar literatura sobre o assunto, apropriada aos interesses dessa nova clientela, profissionais de diversas formações e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, diferentes daquelas áreas com quem tradicionalmente vínhamos trabalhando o assunto.

O despertar para a reflexão sobre a ética nessa dimensão fez-nos identificar que a *bibliografia* sobre o assunto era reduzida e, na maioria das vezes, tendia a apresentá-la apenas pelo aspecto *normativo* (normas, regras, prescrições, interditos, códigos), deixando-se de lado o seu verdadeiro significado, que consiste em uma forma de ser no mundo que deve priorizar o respeito à *dignidade da pessoa*, ou seja, valorizar o ser humano no mundo.

No outro extremo, encontrava-se vasta bibliografia, constituída por obras de filósofos da mais alta estirpe, como Aristóteles (384-322 a.C.), Espinosa (1632-1677), Kant (1724-1804) entre outros, assim como de estudiosos contemporâneos. Com essa, a dificuldade era exatamente inversa, pois consistia em obras de cunho teórico e linguagem específica, o que dificultava o andamento do trabalho com uma clientela que possuía demandas muito bem definidas.

Após algumas experiências em que exploramos, até por força da longa trajetória acadêmica, muito mais o aspecto teórico e sabendo da necessidade de não perder de vista nem ele nem o prático, porém, continuava a lacuna a respeito de uma bibliografia que correspondesse a essa pretensão.

Este livro é fruto de demanda não só particular, como material de apoio ao nosso trabalho, como também coletiva, uma vez que se constitui forma de estar auxiliando outros profissionais com interesse análogo ao nosso, especialmente nossos alunos que não optaram pela filosofia enquanto área específica de estudos e os profissionais que agem eticamente e sabem o que a ética significa, mas precisam refletir sobre essa prática, entendê-la além daquilo que o bom-senso indica.

De início, não imaginamos escrever um livro; os capítulos foram surgindo de forma natural, a partir de textos que íamos elaborando à medida que as necessidades concretas apresentavam-se. Os mesmos tinham como finalidade orientar ou fomentar discussões em sala de aula. Após serem “experimentados”, discutidos, criticados, passavam por reelaborações, outra vez pelo crivo dos alunos/companheiros de atividades e, de novo eram reavaliados, surgindo disso o incentivo para reuni-los e publicá-los.

A primeira versão, com o título *Ética nas organizações: uma introdução*, é de 2000 e foi feita como iniciativa particular com circulação limitada à cidade de

Salvador e municípios vizinhos. Apesar de ter tido uma divulgação apenas local, teve logo sua tiragem esgotada, dando ensejo à segunda edição no ano de 2002. Possuía *sete capítulos* que foram mantidos nesta edição, porém com outra ordem e algumas reformulações. A nova edição foi acrescida de seis novos capítulos e está dividida em duas partes: *Acerca dos conceitos*, com oito capítulos, e *Acerca da prática*, constituída por cinco. Os 13 capítulos estão assim ordenados:

*Reflexões sobre a ética* abre o estudo e pretende discutir os conceitos básicos de ética, moral e liberdade, assim como fazer algumas reflexões sobre a ética na sociedade atual; o Capítulo 2, intitulado *Principais doutrinas éticas*, reafirma a articulação existente entre valores morais e a cultura, a partir da análise das doutrinas éticas ao longo do tempo, indo da experiência da Idade Antiga à Escola de Frankfurt. O Capítulo 3, *Valores organizacionais e suas implicações*, procura mostrar que toda organização possui uma filosofia, ou seja, uma orientação valorativa. Para isso, discute as racionalidades instrumental e substantiva e aponta suas influências e conseqüências sobre as organizações.

O Capítulo 4, *Ética nas organizações*, pretende problematizar a relação entre o econômico e o ético, tendo em vista definir a ética empresarial<sup>1</sup> e analisar sua viabilidade, partindo da idéia, bastante difundida, de que *ética* e *negócios* não se combinam, de que estes são movidos pela *ganância* e *lucratividade ilimitadas*. O *Perfil ético das organizações* é o Capítulo 5. O objetivo do mesmo é identificar as principais características das organizações, especialmente aquelas relacionadas às questões morais. O capítulo intitulado *Empresa ética* é uma espécie de síntese de como deve comportar-se uma empresa sob o ponto de vista moral. Apresenta como empresa ética as que valorizam o ser humano, que agem de forma responsável, equilibrando seus interesses econômicos com os sociais.

O capítulo *Ética como instrumento para a tomada de decisões* discute de que forma a ética se caracteriza como orientação segura na tomada de decisões no mundo organizacional.

Por último, fechando a parte dedicada aos conceitos, o capítulo *Tendências da ética profissional hoje*; nele buscamos compreender a relação existente entre os valores gerais da sociedade e os valores particulares que regem as condutas dos indivíduos enquanto membros de grupos de trabalho, assim como identificar os pilares dos atuais códigos de ética profissional.

A Parte II do livro discute questões éticas atuais, da mais alta importância nas relações de trabalho. Começa pelo capítulo *O ser humano nas organizações*, em que faz ver que ele tem sido usado como mais um tipo de recurso, em detrimento da sua situação de ser que pensa, sente e pode escolher.

Na seqüência, o Capítulo 10 aborda a questão do *assédio moral* nas organizações, apontando seus motivos, conseqüências, agressores e agredidos, assim como atitudes para evitá-lo ou interrompê-lo.

<sup>1</sup> Para o que nos interessa, estaremos usando os termos *empresa*, *organizações produtivas* e *negócios* para significar a mesma coisa.

O capítulo que segue, *Situação da mulher no trabalho*, observa que tem havido ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho produtivo; entretanto, elas continuam segregadas em atividades de menor prestígio social e remuneração. Analisa, especialmente, os motivos de ordem moral que estão vinculados a tal situação.

No Capítulo 12, procuramos traçar um panorama da ética que vigora no serviço público, em seguida fazer uma reflexão sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e, por último, apontar alguns princípios que devem orientar o desempenho das atividades no serviço público e na gestão dos bens públicos.

O último capítulo põe em pauta a *Responsabilidade social das empresas*. Discute o assunto como uma questão ética e não como marketing ou vantagem competitiva. Destaca alguns exemplos de experiências consideradas bem-sucedidas.

Como relatamos, apesar da nossa longa experiência com o estudo e o ensino da ética geral e profissional no que se refere à Ética Organizacional, essa é uma experiência em processo, o que significa dizer que ela está fazendo-se assim como as idéias que apresentamos neste livro. Mesmo assim, elas não são apenas nossas, pois foram gestadas na articulação com estudantes e profissionais, cujas reflexões e experiências aqui estão incluídas.

A iniciativa de trazer a público essas reflexões decorre da convicção que temos, hoje, de que a ética é tão importante no mundo dos negócios quanto o conhecimento técnico. Ela é condição de lucros econômicos e sociais e pode ser um excelente auxiliar na tomada de decisão, apontando caminhos mais seguros, honestos e justos. Por exemplo, optar por uma lucratividade que não use o ser humano apenas como *meio* para atingi-la.

Nossa intenção é desconstruir conceitos e idéias que vêem a ética como desnecessária aos interesses das organizações, fazendo um esforço para apresentar de forma simples questões complexas. Também pretendemos defender que nada há de errado em uma empresa procurar obter lucros, afinal, sem eles, ela não sobrevive; entretanto, ela precisa procurá-los de forma ética, colocando em primeiro plano o *respeito pelo ser humano* (clientes, empregados, fornecedores, acionistas, entre outros) e buscando, acima de tudo, promover a *justiça social*.

Filosoficamente, porque o ser humano deve ser o fim do ato moral e, praticamente, porque sabemos que o principal patrimônio de uma empresa é a sua imagem, aqui entendida como a confiança que ela passa aos seus clientes, fornecedores, empregados, parceiros, enfim às pessoas com quem ela se relaciona.

Uma transgressão ética, no mundo de hoje, pode marcar uma empresa por longo tempo. Assim, a gestão empresarial precisa ser ética a fim de garantir a sobrevivência da mesma. Ela precisa preocupar-se, como dissemos, com o universo dos seus relacionamentos, assim como com lucros sociais: melhoria em educação, saúde, meio ambiente, promoção da cultura, lazer, enfim, com o desenvolvimento social.

A Autora



## Agradecimentos

Este livro foi concebido na prática de sala de aula, em cursos de graduação e pós-graduação, bem como de capacitação, oferecidos por organizações públicas e privadas do Estado da Bahia a seus colaboradores e gestores. Sou grata a essas *instituições* e aos meus *alunos/colaboradores* que oportunizaram a elaboração dos primeiros textos e debateram o seu conteúdo e formato metodológico, que se transformaram em capítulos e posteriormente neste livro.

Agradeço em especial às minhas *orientandas* do Mestrado em Gestão Organizacional e Desenvolvimento Humano, do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (Ceppev) da Fundação Visconde de Cairu que, de forma natural, nos momentos de orientação, deixavam transparecer sua avaliação acerca da qualidade do texto, o que me ajudou bastante na sua atualização.

Ainda no plano profissional, agradeço o apoio concedido pelas instituições de ensino e pesquisa a que me encontro vinculada hoje: A *Fundação Visconde de Cairu* e a *Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências*, que me proporcionaram condições para a revisão e atualização da primeira versão do livro, que resultou na que ora apresento ao público.

Sou profundamente reconhecida a *José Cabral Ferreira*, Administrador ético e com um longo caminho percorrido na vivência empresarial, pela leitura dos originais, pelas sugestões importantes e pela disponibilidade em escrever a apresentação.

No plano pessoal, meus agradecimentos vão para a minha família, em especial a *Raimundo Souza Passos*, meu marido e parceiro, cujo apoio foi fundamen-

tal para a elaboração deste livro, assim como o tem sido para a minha carreira profissional.

Por fim, quero expressar minha gratidão aos meus filhos, *Daniel Passos* e *Diogo Passos* pelos comentários pertinentes sobre as idéias que eu lhes apresentava sobre o assunto e, principalmente, por suas presenças amorosas em minha vida.

# Acerca dos ~~Comentários~~

Parte I



# Reflexões sobre a Ética | 1

Nossa sociedade vive na atualidade uma redescoberta da ética. Há exigência de valores morais em todas as instâncias sociais, sejam elas científicas, políticas ou econômicas. Certamente essa situação não se dá por acaso; basta observarmos que ela surge no mesmo momento em que a sociedade passa por uma grave crise de valores, identificada pelo senso comum como falta de decoro, de respeito pelo outros e de limites e, pelos estudiosos, como dificuldades de os indivíduos internalizarem normas morais, respeito às leis e regras sociais.

A situação pode ser analisada por vários ângulos, dentre eles como uma reação dos indivíduos à situação de descaso com que são tratados pelos poderes constituídos; pela falta de justiça social; pelo império da razão, que deixa de lado outras facetas do ser humano, como o sentimento e a emoção; pela exigência de aceitação cega às leis ou pela utilização de práticas pedagógicas que privilegiam o adestramento e a manipulação dos seres humanos, entre outras. Em todas as situações, evidencia-se a reivindicação dos seres humanos de serem tratados como *organismos vivos*, capazes de pensar, sofrer, organizar-se e construir valores.

Diante disso, no presente capítulo, procuraremos identificar e refletir sobre as *bases morais da nossa sociedade hoje*, sobre as características das relações humanas, e apontar alguns caminhos; antes, porém, procuraremos entender alguns conceitos básicos, tais como: valores, ética, moral, suas origens e conseqüências, assim como as condições para a responsabilidade moral.

## APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Na atualidade, a palavra *virtude* está em desuso e a palavra *moral* foi substituída por *ética*, por ser mais geral e menos identificada com a religião. Entretanto, mantém inalterada a certeza de que a vida humana é constitutivamente moral, pois ela se estrutura em torno de valores. Os projetos de vida, sejam eles individuais ou coletivos, configuram-se a partir de ideais que outra coisa não são senão valores. Nossas ações, das mais simples às mais complexas, pressupõem escolhas que são feitas a partir do *valor* que elas tenham para nós.

O que é um *valor*? Normalmente, quando falamos em valor, vêm a nossa mente idéias como honestidade, bondade e justiça, assim como podemos pensar em beleza, lucro ou utilidade. O que nos faz lembrar que podemos falar de valores em várias acepções: estéticos, políticos, jurídicos ou morais, que os valores podem ser *morais* e *não morais*.

Os valores *não morais* diferem dos *morais* sobretudo por possuírem uma *base real*, um substrato material. Por exemplo, a água, o ar que respiramos, uma cadeira, um prato de alimento possuem valor; contudo, ele só se tornará realidade na relação com o ser humano, que em sua articulação cultural dirá se aquela coisa é *útil*, *bonita*, *confortável* ou *imprescindível* à vida.

Os *valores morais*, diferentemente dos *não morais*, não possuem substrato material e só existem nos *atos e produtos humanos*, tais como: comportamentos, interações sociais, decisões tomadas, no produto e aplicação desses atos. Deles podemos falar em *justiça*, *honestidade* ou *integridade*, assim como em *responsabilidade*. Os valores morais são exclusivos do ser humano, pelo fato de se pressupor que esse seja responsável pelo que faz e, para isso, que seus atos tenham-se dado de forma *livre e consciente*.

## DEFININDO MORAL E ÉTICA

Etimologicamente, as duas palavras possuem origens distintas e significados idênticos. *Moral* vem do latim *mores*, que quer dizer costume, conduta, modo de agir; enquanto *ética* vem do grego *ethos* e, do mesmo modo, quer dizer costume, modo de agir. Essa identidade existente entre elas marca a tendência de serem tratadas como a mesma coisa. Contudo, alguns autores, entre eles A. S. Vásques, admitem que, apesar do estreito vínculo que as une, elas são diferentes. Constituem-se em realidades afins, porém diversas. Vejamos em que se baseiam.

Para eles, a *moral*, enquanto norma de conduta, refere-se às situações particulares e quotidianas, não chegando à superação desse nível. A *ética*, destituída do papel *normatizador*, ao menos no que diz respeito aos atos isolados, torna-se *examinadora da moral*. Exame que consiste em reflexão, em investigação, em

teorização. Poder-se-ia dizer que a *moral normatiza e direciona* a prática das pessoas, e a *ética teoriza sobre as condutas*, estudando as concepções que dão suporte à moral. São, pois, dois caminhos diferentes que resultam em *status* também diferentes; o primeiro, de *objeto*, e o segundo, de *ciência*. Donde deduzimos que a *Ética* é a ciência da moral. Como afirma Sanchez Vasquez (1975, p. 12): “a *Ética* é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens na Sociedade”.

Esta definição nos remete a duas questões importantes: ao *caráter social* da moral e a seu *aspecto dialético*. O primeiro relaciona-se com o papel que ela desempenha na sociedade, no sentido de possibilitar um equilíbrio entre os anseios individuais e os interesses da sociedade; assim, não existe uma moral individual; ela é sempre social, pois envolve relações entre sujeitos. Diante disso, as normas morais são colocadas em função de uma concepção teórica em vigor, que é, quase sempre, a concepção dominante.

No segundo aspecto, é sabido que os *valores morais expressam uma cultura*. Dessa forma, variam historicamente, pois cada sociedade edifica suas normas a partir das suas crenças, modelo social, formação econômica e social. É nesse sentido que Lima Vaz (1993) lembra que a *ética* (aqui entendida no sentido amplo), desde sua aceção inicial, *ethos*, dirigiu-se à cultura e foi entendida como *morada do homem*, como *abrigo protetor* do ser humano; ou seja, como a condição de sobrevivência e de convivência social.

A sobrevivência humana demanda *condições materiais* de vida como também *normas de conduta*, que são formuladas pela sociedade e servem para colocar limites nos desejos e ambições individuais e dirigi-los para uma relação equilibrada com as necessidades sociais. No dizer de Lima Vaz (1993, p. 13), “o domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações”.

Tais normas, explicitadas no modo de agir das pessoas, a princípio podem parecer absolutamente individuais, por consistir em uma ação praticada por um sujeito a partir de seu posicionamento no mundo e de uma decisão por ele tomada. Adquire outras dimensões, quando verificamos que esse posicionamento envolve, direta ou indiretamente, outros indivíduos e que, mesmo apresentando-se como produto de uma *escolha livre e consciente do sujeito*, de fato, ele representa as circunstâncias históricas do agente, sua história pessoal e sua herança familiar e cultural.

Apesar de o comportamento moral articular-se com as condições históricas do agente moral, isto não impede que ele possa *fazer escolhas* e *se responsabilizar* por elas. Isto porque, como sabemos, com o ser humano, a simples aquisição de hábitos, como acontece com os outros animais, não satisfaz. Ele reflete sobre o seu agir e busca orientar a sua prática de forma consciente para o que lhe seja significativo, útil e funcional. O homem é um animal que faz projetos, que idea-

liza os fins que se propõe alcançar, e isto o coloca em um plano superior. Marx (1970, p. 462) assim se refere ao assunto:

“a aranha cumpre as operações que se assemelham às do tecelão, as abelhas envergonham muitos arquitetos com a construção dos seus cubículos de cera. Mas o que, de início, distingue o pior dos arquitetos da melhor abelha é o fato de que ele construiu, primeiro na cabeça, o cubículo antes de fazê-lo de cera”.

Por outro lado, o conhecimento humano tende sempre a um crescimento, a um avanço. Ele se processa através de relações, de forma que cada experiência torna-se fundamental para uma outra e o processo desenrola-se ininterruptamente. Diante disso, o ser humano possui condições de maior compreensão do mundo, de tomar decisões e de realizar ações conscientes.

Nas relações que são mantidas com o mundo, outra característica definidora do ser humano se apresenta. O animal irracional mantém com o mundo exterior um número de relações bastante limitado, quase todas referentes à satisfação de suas necessidades básicas, como: alimentação, segurança, acasalamento etc. São necessidades referentes a seu ser biológico. Quanto ao ser humano, a história comprova que ele não se contenta em conhecer a natureza e explorá-la; necessita conhecer a si mesmo, compreender suas múltiplas relações, a fim de encontrar sentido para sua existência.

Dessa forma, o que queremos enfatizar é que o ser humano tem *consciência* da existência do mundo e de sua própria existência, enquanto o animal vive sua realidade de maneira intuitiva e obscura. Essa condição específica do ser humano proporciona-lhe capacidade de manter com o mundo um vasto número de relações, que se estendem desde a ação sobre a realidade física com a intenção de transformá-la em seu benefício ou em proveito coletivo, até o desenvolvimento de uma percepção e fruição estética do mundo.

Assim, as relações humanas não se limitam àquelas mantidas com o mundo material, mas se estendem às que envolvem os indivíduos entre si, tais como: relações econômicas, jurídicas e morais.

Toda essa variedade de relações que, por sua vez, determinam comportamentos também variados supõe um sujeito real e concreto. Sendo ele social e historicamente localizado, traduzirá em suas práticas os condicionamentos e os limites que lhe são impostos. Isso justifica a predominância de um e não de outro tipo de comportamento a cada momento histórico.

É este o sujeito da prática moral: *real, histórico, consciente* e dotado de *condições de escolha*, ou seja, de *liberdade*. O ato moral é exclusivo do ser humano porque este é o único dotado de consciência, de liberdade e de poder de decisão.

Nesse momento, entra em cena a problemática da *liberdade interior*, da liberdade de escolha. É possível falar de um sujeito livre, quando sabemos de to-

dos os condicionamentos a que ele se acha submetido? Acreditamos que, a partir do momento em que ele projeta o que executará depois, sim. Claro que não estamos pensando em uma situação de absoluta liberdade sem nenhum tipo de limitação causal. Mas, por outro lado, o ato moral também não é arbitrário, ele depende de condições e circunstâncias que fogem ao controle do agente.

Assim, a *liberdade* que acreditamos fazer parte do agente moral não implica ausência de condicionamentos; ao contrário, ela dá-se dentro desses condicionamentos, o que força o sujeito a tomar decisões conscientes. A convivência da liberdade com determinações caracteriza-se não como uma forma de conciliação, mas uma tomada de consciência dos determinismos que, também, compõem o mundo humano.

Desse modo, a liberdade precisa ser analisada historicamente, e não como um dado *a priori* e fruto da abstração; ela surge de condições concretas, e de um ser humano real, concreto e operante, capaz de transformar a realidade a partir de suas necessidades. É esse poder que o ser humano possui para coordenar suas ações e decidir acerca de como deve agir que nos leva a considerá-lo como o verdadeiro agente da moral.

## PRÁTICA MORAL

Toda sociedade, por menor que seja e por menos desenvolvida que pareça, possui seus valores morais, que vão sendo ensinados a seus membros através da família, da escola, da igreja, dos meios de comunicação de massa. Isso porque eles desempenham um papel fundamental como elementos reguladores do comportamento das pessoas. Em outras palavras, como um elemento determinante do tipo de conduta necessária à sociedade. Logicamente, esses valores não são claramente impostos pelas sociedades. O processo é, de certa forma, sutil e dá-se lentamente.

Os valores morais dominantes não são decididos voluntariamente por sujeitos individuais; eles emergem da própria experiência do grupo humano e vão-se cristalizando. Ao serem socializados, vão-se tornando consenso entre os membros da sociedade. À medida, porém, que se teoriza sobre essa moral, toma-se consciência dela, explicitam-se preceitos, e, então, tenta-se buscar a hegemonia pela persuasão processada pelos meios educativos e comunicativos.

Os meios utilizados nesse processo de propagação e de legitimação dos valores que interessam são muitos, variados e eficazes. Como dissemos, apóiam-se especialmente na família e na escola, mas contam com as instituições como um todo. O início do processo identifica-se quase que com o início da própria vida. Ainda muito pequenas, as crianças começam a ser modeladas conforme o “figurino oficial” e, nessa etapa, a família desempenha o papel central, porque as crian-

ças aceitam os valores mais facilmente e, também, porque a família é para elas uma referência muito forte. De uma forma ou de outra, os valores relevantes para a manutenção da sociedade acabam sendo passados.

## A PRÁTICA MORAL EM NOSSA SOCIEDADE

A sociedade contemporânea, mais do que qualquer outra, acreditou nos poderes da ciência e da técnica como forma de proporcionar aos seres humanos uma vida de abundância material e de felicidade. Decerto, seu avanço fez com que os indivíduos experimentassem poderes nunca vistos. Isso nos leva a crer que elas, se corretamente aplicadas, só seriam motivos de benefícios em todos os campos.

Entretanto, a condução que o próprio ser humano lhes impôs fez com que a ciência e a técnica deixassem de ser grandes promessas e se transformassem em perigosas ameaças. Primeiro, porque elas não foram colocadas a serviço de todos; depois, porque elas, longe de libertarem os indivíduos, os tornaram seus escravos e, ainda, transformaram-se em possibilidades de perigos ecológicos, de guerras nucleares, entre outras.

As falhas que estamos registrando no processo científico e tecnológico atual certamente não fazem parte da essência do mesmo. Ao contrário, são frutos do uso que o ser humano tem feito dele; decorrem de uma escolha política de quem o utiliza e conduz.

A sociedade atual acha-se orientada por um verdadeiro culto ao prazer e ao poder. No primeiro aspecto, desenvolveu um hedonismo que, longe de levar ao bem-estar das pessoas, fomentou seu isolamento, sua depressão e a falta de perspectiva para o futuro. No segundo aspecto, o poder econômico ganhou o mais alto alcance, fazendo o ser humano voltar-se totalmente para a procura dos meios que possibilitem o crescimento de seu poder econômico. Assim, a sociedade capitalista em que vivemos gerou relações materiais e sociais que dividem a população em *classes antagônicas*: uma que desfruta dos benefícios do poder e outra que sofre as conseqüências do poder. Todos desejam o bem-estar material, mas apenas alguns o conseguem e desfrutam dele.

Dentro dessa realidade, a concepção moral também se orienta na exploração do ser humano pelo ser humano, onde o *egoísmo*, a *hipocrisia*, o *lucro* e o *individualismo* são incentivados e até cultuados. A lei é a do “salve-se quem puder”; cada indivíduo confia apenas em si mesmo e empreende todos os esforços em prol da realização de seus interesses. Em função disso, tudo se tornou lícito, inclusive o desconhecimento da existência do outro. O coletivo foi esquecido; aliás, para a manutenção dessas relações, o coletivo não pode ser um objetivo.

Nessa nova ordem, a essência humana é alterada; valoriza-se no ser humano seu *potencial produtivo*, sua possibilidade de *tornar-se útil aos interesses do*

*capital*. Assim, ele passa a ser uma peça da engrenagem, um apêndice ao processo produtivo, e não um ser dotado de consciência, de expectativas e de desejos.

Como afirma Erich Fromm (1983), processa-se uma inversão do modo “ser” de vida para o modo “ter”. *Aí, o homem vale pelo que tem, e não pelo que é*. O lucro e o poder tornam-se a meta central e a luta consiste em adquirir, em possuir e em obter lucros. Com isso, desenvolve-se um processo de alienação do ser humano em que ele se submete ao produto de seu próprio trabalho, passando a tratar as coisas que ele criou como ídolos. Como dizia Marx (1985, p. 146), “a alienação conduz à perversão de todos os valores, fazendo da economia e de seus valores – lucro, trabalho, poupança e sobriedade – a meta suprema da vida”.

Esse estado de alienação, apesar de não ser exclusivo das sociedades capitalistas, atinge nelas seu auge. É ainda Marx (1970, p. 462) quem nos fala:

“nos ofícios manuais e nas manufaturas, o trabalhador utiliza-se de uma ferramenta; na fábrica, a máquina utiliza-se dele. Lá, os movimentos do instrumento de trabalho procediam dele; aqui, é o movimento das máquinas que ele tem de acompanhar”.

Por outro lado, desenvolveu-se uma forma de repressão caracterizada pela ocupação do espaço interior do eu, pela *perda da individualidade* ao fazer com que todo cidadão identifique seus interesses com os interesses do próprio sistema. Assim, todos permanecem submetidos ao poder do capital, o “grande senhor” que rege essa sociedade.

A possibilidade de menor esforço físico e maior tempo livre para o trabalhador, anunciados pela nova forma de produção mecanizada, não chegou a tornar-se realidade. No máximo, substituiu-se o cansaço físico pela tensão emocional, o que não deixa de ser uma forma de escravização.

A moral que vigora em nossa sociedade baseia-se na *exploração do ser humano* e no *aviltamento da pessoa*. Não se preocupa em saber o que é bom para ele, e sim o que é benéfico ao processo produtivo, ao capital em que o egoísmo e o culto do eu tornaram-se qualidades e sinônimos de progresso e de maturidade.

Essa prática moral identifica-se com as necessidades de justificação e de acomodação necessárias a uma sociedade regida pela desigualdade e pelo processo de exploração interna e externa. Desse modo, nossa moral despreza as *virtudes públicas* da justiça social, igualdade e liberdade e valoriza os ditos “vícios” *individuais*, tais como: sexo, vestimenta, descanso, ou seja, prende-se no moralismo privado, deixando de lado a moral pública.

O fato é que, através de mecanismos individuais ou institucionais, a sociedade faz com que os indivíduos tenham um tipo de comportamento que satisfaz a seus interesses, estabelecendo relações materiais e sociais perversas, na medida em que quer fazer de todos fiéis servidores dos direcionamentos do capital.

## A PRÁTICA MORAL QUE DESEJAMOS

A construção de uma nova orientação moral impõe-se, pois estamos presenciando a destruição da natureza e do próprio ser humano. Mas de que forma ela poderá acontecer? Será por um processo natural de desgaste dos valores existentes? A própria moral promoverá sua transformação?

Ao afirmarmos que o ato moral é exclusivo do ser humano, somos levados a admitir que a moral possui raízes nele, pois dele depende a decisão quanto ao tipo de comportamento a ser assumido. Contudo, como fizemos ver ao longo destas reflexões, os valores morais não são criados por acaso; eles *servem a determinados fins*. Assim, sua manutenção ou superação não são frutos da escolha livre do agente, mas da estrutura social, política e econômica da sociedade a que ele se ache vinculado.

Desse modo, a construção de uma nova orientação moral exige alterações profundas na *consciência coletiva* e, principalmente, nas *estruturas sociais* no que diz respeito a suas relações de produção e do poder. É impossível o advento de novos valores se não existirem condições propícias para tal.

Os valores não se modificarão por si mesmos; sua alteração só acontecerá como exigência de uma nova ordem, de novas condições concretas de produção e de vida. Como o processo entre a base econômica e as idéias é *dialético*, as transformações ocorridas na consciência coletiva podem interferir a favor das alterações da estrutura da sociedade. Marx diz que as idéias podem ganhar “força material”. É preciso usar essa força em todas as suas possibilidades.

Com isso, se ansiamos uma nova ordem moral, mais justa, mais humana e menos discriminatória, precisamos criar as condições favoráveis para que ela surja, o que será totalmente impossível de acontecer se esperarmos passivamente. Por outro lado, essa luta não depende apenas do esforço individual, pois a construção de uma *nova prática moral* é, antes de tudo, um *problema político*.

Vemos, assim, que a luta por uma nova e verdadeira prática moral implica alterações profundas. Se isso não ocorre, podemos ter a *substituição* de um código moral por outro de igual qualidade, o que não caracteriza nenhum avanço. É comum apresentarem-nos situações de manutenção de código moral como manifestações de uma nova ordem, fato que se caracteriza como uma forma de engodo, que tem por objetivo calar as vozes e desarticular os surtos de inconformismo, desequilibradores da ordem estabelecida.

## CARACTERÍSTICAS DE UMA NOVA ORDEM MORAL

Em primeiro lugar, faz-se necessário respeitar a *pluralidade dos valores*, porque a liberdade só pode manifestar-se eficazmente quando existe *igualdade de oportunidades*. A *diferença* precisa ser reconhecida na ordem dos valores e dos fins.

Essa nova ética deve permitir ao ser humano *escolher* sua finalidade de viver, a partir daquela que se apresente a ele como capaz de lhe proporcionar uma “vida boa”. Dito em outros termos, a *pluralidade* é o respeito à autonomia do ser humano, a sua capacidade de escolher; é o caminho mais coerente com nossa faculdade criadora, pois respeita o exercício da *liberdade*. Diferentemente de uma ordem de valor que se caracteriza pela unicidade, baseada na imposição de valores.

A liberdade é o cerne dessa nova ética. Entendida como a supressão de todo tipo de coação, interna e externa, e de toda repressão imposta pela lei ou pela necessidade. Em outras palavras, o ser humano torna-se livre quando consegue olhar a realidade de forma mais *simples*, mais *alegre* e menos *séria*. Quando ele consegue ultrapassar o modelo de trabalho *alienado*, centrado na seriedade e na falta de prazer. Livre da repressão e da exploração, representativas de uma sociedade comprometida apenas com a *produtividade*, com o *lucro desmedido* e com o *sucesso a qualquer preço*.

Apesar da hegemonia que os valores capitalistas mantêm, no mundo atual, cresce a consciência de que não basta viver, que a vida não pode resumir-se a ganhar dinheiro sem sequer ter tempo para gastá-lo, que, além das necessidades físicas, os indivíduos possuem as espirituais (amizade, prazer, cultura, descanso). O novo discurso filosófico (Pós-modernidade) partilha desse ideal voltando-se para a vida prática e distanciando-se das fórmulas e saberes estabelecidos. É no bojo dessas possibilidades que essa nova moral, que pode ser identificada como emancipatória, se coloca.

Essa ética pode ser assumida como a da *justiça social*, ao colocar em primeiro plano o bem, em detrimento da defesa da lei moral. A ela não interessam as condições de raça, classe ou sexo, pois seu compromisso é com a *liberdade* de escolha de todos os indivíduos e com a superação de toda forma de exploração e de dominação, inclusive aquela que tem sido exercida pela razão sobre os instintos e os sentimentos. Essa proposta procura trabalhar com o *sério* ao lado do *prazer* e do *belo*.

Sem dúvida, essa é uma proposta que encontra muitas resistências nas sociedades capitalistas que se assentam na relação do trabalho assalariado com os proprietários dos meios de produção. Nesse contexto, ela se caracteriza como uma proposta *transgressora*, porém, como diz Gianotti, “é na transgressão que a competência se revela [...] o sujeito só se mostra na transgressão ou quando abandona de vez um determinado sistema de regras” (1992, p. 241).

Só através da transgressão à ordem estabelecida o ser humano terá condições de alcançar a liberdade e eleger o seu próprio caminho. O que não significa o “reino da liberdade”, a falta de limites e de critérios, mas sim a substituição de critérios *externos* por *internos*, pela escolha responsável, que é, sem dúvida, o paradigma ético mais eficaz para se assegurar a convivência pacífica entre os indivíduos e reconhecer os contrários.

Só assim será possível construir uma moral *libertadora* em todos os aspectos, tanto no plano das relações externas, quanto no das internas. No primeiro, fomentando a libertação dos países pobres do jugo dos países ricos, de modo a terem o direito de traçar o seu próprio caminho, longe de imposições externas. Essa libertação impõe-se, pois, como sabemos, muito da alienação e da desumanização decorre da situação de dominação a que, historicamente, esses países têm estado submetidos.

No plano interno, dentro do domínio do próprio país, no que diz respeito às relações que os seres humanos mantêm entre si, seja na relação familiar ou que se refere às minorias (negros, mulheres, índios etc.); e, principalmente, no que diz respeito aos pobres e aos oprimidos. Em todos os casos, deve-se ter presente um compromisso inalienável com a transformação social, com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a prática moral seja embasada no *respeito mútuo*, na *honestidade*, na *igualdade*, na *solidariedade* e no *amor*.

Para Erich Fromm (1983), esta é a palavra mágica: amor. Ele advoga a necessidade de uma revolução nas consciências em que o amor seja o elemento determinante. Concordamos com ele em parte, pois, certamente, estamos vivendo um momento de desamor, e muitas das situações decorrem disso; entretanto, como afirmamos anteriormente, o amor sozinho não terá condições de operar as transformações necessárias; elas dependem de mudanças mais profundas, de base, nas relações materiais e sociais entre os seres humanos.

Acreditamos que somente numa *sociedade igualitária*, onde os indivíduos tenham os mesmos direitos de participar das decisões e das execuções dos projetos sociais, onde o trabalho seja desenvolvido cooperativamente por todos, onde a marginalidade e o preconceito sejam abolidos, será possível o desenvolvimento de uma moral cujos valores sejam representativos de todos os indivíduos, e a vida humana seja respeitada em todos os sentidos. No dizer de Vásquez (1975, p. 39):

“uma nova moral, verdadeiramente humana, implicará numa mudança de atitude diante do trabalho, num desenvolvimento do espírito coletivista, na eliminação do espírito de posse, do individualismo, do racismo e do chauvinismo; trará também uma mudança radical na atitude para com a mulher e a estabilização das relações familiares. Em suma, significará a realização efetiva do princípio Kantiano que convida a considerar sempre o homem como fim e não como meio”.

Por outro lado, como dissemos, não devemos lutar contra a *individualidade* e sim contra o individualismo. As qualidades individuais devem ser respeitadas e assumidas dentro da esfera pública, criando condições para que seus anseios e desejos possam ser realizados, desde que não se transformem em egoísmo e individualismo. Situações que deixariam de reconhecer a existência do outro e passariam por cima de qualidades como tolerância, cooperação social e equidade.

## Principais Doutrinas Éticas 2

Após termos discutido os conceitos básicos, necessários ao entendimento da ética, e de refletirmos sobre a prática moral na sociedade contemporânea, esperamos que tenha ficado evidente que cada sociedade, cada cultura cria valores morais diferentes, correspondentes a suas condições históricas e sociais e a seus interesses e necessidades. Portanto, por conta da articulação histórica e pela forma como cada sociedade vê os valores, existem diferentes doutrinas éticas, que não se dão por acaso, mas articuladas ao tempo e ao espaço.

Sabendo que nosso interesse é a Ética Organizacional, no presente capítulo, procuraremos expor sucintamente as doutrinas éticas consideradas mais importantes, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto; muito pelo contrário, nossa intenção é tratá-lo de forma genérica, pois procuramos com isso apenas compreender a historicidade dos valores e nos apropriarmos de elementos necessários às reflexões que procuraremos fazer nos capítulos subseqüentes.

### IDADE ANTIGA

No período considerado Clássico da Idade Antiga, no qual viveram os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, a ética adquire grande valor. Após o momento pré-socrático, em que o interesse investigativo concentrou-se no mundo físico, na tentativa de compreenderem sua essência, os filósofos se voltaram para o *ser* e para os *problemas sociais e morais*. As condições da Grécia, especialmente de Atenas, baseada na democracia escravista e na democratização da vida política, entre outras, favoreceram o surgimento da filosofia moral.

Formada por comunidades independentes e dispersas em torno do Mediterrâneo, tinha certa homogeneidade quanto a língua e crenças religiosas, dentre outras. O isolamento das comunidades diminuiu a partir do século VIII a.C. com o incremento do comércio decorrente da invenção da moeda.

O surgimento da *polis* fez com que o centro da cidade passasse a ser a praça pública, a *agora*. Nela aconteciam as discussões e era permitida a participação de todos os cidadãos, quais sejam: os homens adultos, excetuando-se os escravos e os estrangeiros. Nessa nova forma de organização social e política, a democracia, o *logos*, ou seja, a razão, a palavra e o discurso tornaram-se mais importantes do que a condição social e econômica do indivíduo. Isso porque entendia-se que os assuntos públicos dependiam do poder de argumentação.

Com isso a antigüidade grega repeliu o mundo da prática por não conseguir ver nele nada além de seu aspecto prático-utilitário. A atividade manual era considerada indigna dos homens livres, que deveriam ocupar-se com as de caráter intelectual, ficando aos escravos a responsabilidade com o trabalho manual. Essa divisão do trabalho serviu para acentuar ainda mais a distância entre a teoria e a prática. E, como não poderia deixar de ser, a atividade prática ocupou um lugar inferior no mundo grego.

Sócrates (469-399 a.C.), considerado o pai da filosofia moral, nasceu em Atenas, filho de um escultor e de uma parteira. É considerado um marco, de modo que todos os pensadores que o antecederam foram identificados como pré-socráticos. Apesar de conversar bastante, nada deixou escrito. Viveu a democracia grega do início ao fim. Foi condenado à morte no ano de 399 a.C.

Dedicou-se à busca da *verdade*, que deveria ser uma forma de juízo universal, capaz de dirigir a vida das pessoas, no plano pessoal e político. Não pretendia ensinar e sim aprender, o que era feito através de um método que evitaria os desvios e conduziria o pensamento à essência das coisas, baseado na formulação de questões e que levaria ao conhecimento verdadeiro.

Assim, procurou despertar os indivíduos para sua ignorância, por vê-la como perigosa e ilusória, e recomendava: "conhece-te a ti mesmo". Ele mesmo, ao ser identificado como o homem mais sábio, e não confiante nisso, procurou conversar com outras pessoas também tidas como tal; em todos os casos, concluiu sobre a inverdade, admitindo que de fato era mais sábio porque tinha consciência das suas limitações, ao saber que nada sabia.

A questão central de sua ética era o bem supremo da vida humana, a *felicidade* (*eudemonia*). Esta não devia consistir em ter sorte ou ser rico, por exemplo, e sim em *proceder bem e ter uma alma boa*. Portanto, o *Bem* era agir bem e a *felicidade*, ter uma vida correta, apresentada da seguinte maneira: "a arte moral não é a arte de viver bem tendo em vista alcançar a felicidade, e sim a arte de ser feliz porque se vive bem" (Maritain, 1964, p. 35).

A felicidade e a boa conduta são a mesma coisa. Entretanto, são determinadas pelo que o ser humano é, consistem nos bens da alma, em ter o espírito livre de perturbações e dedicado ao conhecimento e à verdade.

Esse conhecimento era considerado por ele como a virtude, e a ignorância como o vício. "Todo pecador é um ignorante. Ninguém é mau por querer o mau, mas porque não conhece o bem" (ibidem, p. 36). Como se vê, há nele um entrelaçamento entre bondade, conhecimento e felicidade. Conhecendo o bem, o homem agiria bem, com o que se sentiria feliz porque seria dono de seu destino e de si mesmo.

Para ele, as questões morais não são puramente convenções influenciadas pelas circunstâncias, mas problemas que devem ser resolvidos à luz da razão. O que implicava denunciar as falsas virtudes.

Platão (427-347 a.C.), também natural de Atenas, foi discípulo de Sócrates, a quem imortalizou através de sua obra, seguindo-o em alguns aspectos e rejeitando-o em outros. Após a morte de Sócrates e vendo nela a síntese da situação desgovernada, no plano dos valores, por que passava a Grécia, desiste do desejo de participar da política e funda a Academia, dedicando-se à reflexão filosófica assim como à discussão sobre temas diversos, tais como a matemática e a astronomia.

Para ele, tudo o que conhecemos como existente, até mesmo os conceitos que estão em nossa mente, não são reais e sim *imagens reflexas* do Ser transcendente, pois segundo ele, existiam dois mundos: um sensível e outro supra-sensível ou inteligível. Como dizem Luckesi e Passos (2000, p. 136):

"há um mundo próprio das Idéias, transcendente, fora do espaço e do tempo, além das esferas do sentir e do pensar. As idéias são a verdadeira realidade, o que nós vemos como coisas e seres existentes, em nossa experiência imediata, são sombras reflexas das verdadeiras coisas".

São dois mundos distintos, porém, articulados, pois o primeiro seria imitação do segundo.

Da mesma forma que ele subordina o mundo sensível ao das idéias, também o faz com o bem moral ao supramoral. "O bem só pertence ao mundo empírico como reflexo." Sua moral, assim como a de Sócrates e como será a de Aristóteles, é *eudemonista* (felicidade). Para ele, assim como o fim da vida humana é transcendente, a moral também consistirá em um preparo para a felicidade, que se encontra fora da vida terrena. Diferentemente de Sócrates, Platão considera que a moral é a arte de preparar o indivíduo para uma felicidade que não está na vida terrena.

Diante disso, via a alma como constituída de razão, vontade e apetite, destacando a superioridade da primeira (razão), em detrimento da última (apetite), tida como inferior por estar ligada às necessidades corporais. Ou seja, pela con-

templação os indivíduos atingiriam o mundo das idéias; para tanto, fazia-se necessário purificar-se e desvincular-se do mundo da matéria.

Nesse processo, é preciso que as virtudes sejam praticadas. Dentre elas: a *prudência*, tida como a virtude da razão; a *fortaleza*, virtude da vontade; e a *temperança*, virtude do apetite. Como sua teoria ética relaciona-se com a política, a razão (prudência) corresponderia aos governantes (filósofos), a *fortaleza* aos guerreiros e a *temperança* aos artesãos.

A valorização dada à razão, à contemplação, fica evidenciada na classificação apresentada. Do mesmo modo, nas recomendadas pelo filósofo, ao apresentar a fórmula para a felicidade: “cada um de nós para ser feliz deve procurar a temperança e nela exercer-se, fugir o mais rápido possível da intemperança, agir de tal modo que não precise ser castigado” (Platão, 1948, p. 478). Caso o castigo não pudesse ser evitado, deveria ser aceito com resignação, pois o pagamento da dívida tornaria possível a felicidade.

*Aristóteles* (384-322 a.C.) nasceu em Estagira, foi discípulo de Platão e preceptor de Alexandre Magno. Foi um dedicado discípulo da Academia de Platão e mais tarde fundou sua escola, o Liceu, que se tornou um centro de estudos das ciências naturais.

Diferentemente de Platão, seu mestre, não desprezou o mundo sensível, muito pelo contrário, buscou unir as observações desse à ciência e à filosofia. Também rejeitou o mundo inteligível, por vê-lo como incapaz de oferecer explicações sobre as questões ligadas aos sentidos. O conhecimento deveria ser do real e não de sua idéia, portanto, parte dos sentidos.

“Para Aristóteles, o conhecimento é esse processo de abstração pelo qual o intelecto produz conceitos universais que, ao contrário das idéias de Platão, não existem separadamente das coisas e do intelecto” (Abrão, 1999, p. 56).

Preocupou-se bastante com a forma como as pessoas viviam na sociedade. Assim, escreveu obras importantes sobre a ética: *Ética a Eudemo*, *Ética a Nicômaco* e uma *Magna Ética*. Sua ética era finalista, no sentido de visar a um fim, no caso, que o ser humano pudesse alcançar a felicidade. Entendia a moral como um conjunto de qualidades que definia a forma de viver e de conviver *das pessoas*, uma espécie de *segunda natureza* que guiaria o ser humano para a *felicidade*, considerada a aspiração da vida humana.

Conforme entendia, a *felicidade* era composta de vários bens, dentre eles: a *sabedoria*, a *virtude* e o *prazer*. A *sabedoria* era considerada o bem de maior valor, por se identificar com a contemplação, atitude muito mais importante do que a ação naquele momento. Em seguida, vinha a *virtude* e, por último, o *prazer*, que não era considerado constitutivo da natureza humana, e sim a ela incorporado por acréscimo.

O bem moral consistia em *agir de forma equilibrada* e sob a orientação da razão. O “meio-termo”, o ponto justo levaria à felicidade, a uma “vida boa e bela”, não como privilégio individual e sim coletivo, pois considerava que o bem individual não poderia estar em desacordo com o bem social. A orientação era viver em conformidade com a razão e com as virtudes do cidadão, de onde viriam o discernimento e o autocontrole, que fariam a assimetria entre desejos e habilidades.

Como se vê, viver bem e de modo equilibrado não era uma situação natural do ser humano, mas decorrente de um aprendizado que se daria por intermédio da razão e do desenvolvimento de bons hábitos. Diante disso, ele valorizou a *vontade humana* e a *deliberação*, seguidas do esforço para praticar bons hábitos.

Em síntese, a prática moral exercitada pelos filósofos orientou-se por princípios gerais acerca do *fim* e do *bem*, fornecidos pela reflexão ontológica. A idéia de *bem moral* dependia da *idéia do ser*, e como os seres humanos só atingiriam sua perfeição a partir do prévio saber racional sobre o ser, seu comportamento deveria ser orientado pela compreensão da essência, pois esse entendimento era condição para se perseguir o verdadeiro bem.

Com a morte de Alexandre Magno, a Macedônia e a Grécia desagregam-se e passam a ser dominadas pelo Império Romano. Entretanto, culturalmente os gregos são superiores e exercem forte influência, inclusive sobre Roma, de modo que a perda de autonomia política não interferiu sobre seu patrimônio cultural.

Apesar disso, o contato da cultura grega com outras culturas trouxe modificações profundas na vida dos gregos, em sua forma de governo, nas crenças religiosas e, especialmente, na concepção de si mesmos. Deixam de ser livres e cidadãos da pólis, para serem iguallados a todos os demais homens, tidos por eles como bárbaros. Também eles são, agora, súditos.

Isso acarreta mudanças significativas no plano moral, pois ela se realizava na política, por ser o homem, acima de tudo, um animal político que só encontrava a felicidade na pólis. É nesse momento, denominado de helenístico, que surgem as correntes filosóficas denominadas de *epicurismo* e *estoicismo*.

*Epicuro* (341-270 a.C), criador do epicurismo, é filho de um mestre-escola e de uma cartomante, nasceu em Samos, colônia de Atenas. De cultura requintada e saúde frágil, levou uma vida regrada e dedicada à ciência. No ano de 306, fundou em Atenas a *Escola do Jardim*, onde vivia com seus discípulos.

Sua filosofia estava dividida em três partes: canônica, física e ética. A última é considerada a mais importante, por ser a que indicaria o caminho da sabedoria e, portanto, da felicidade. Como escreveu:

“uma vida feliz é impossível sem a sabedoria, a honestidade e a justiça, e estas, por sua vez, são inseparáveis de uma vida feliz. Aquele que não vive nem honesta, nem sábia, nem justamente, não pode viver feliz” (citado por Corbisier, 1984, p. 318).

Entendia que a vida humana podia ser afetada pelo prazer ou pela dor, sendo o primeiro sua inclinação natural, de modo que a dor deveria ser evitada. Para ele, o prazer seria “o fim e o começo de uma vida bem aventurada”, o primeiro dos bens naturais. O prazer, identificado com a ausência do sofrimento e da dor, seria a própria felicidade.

O prazer felicidade, como fica posto, não consiste em qualquer forma de prazer, e sim naquele mais duradouro e estável, vindo do repouso e não do movimento. Esse era um prazer superior àquele oriundo do movimento, porque evitaria qualquer tipo de desprazer, de perturbação, condição para o verdadeiro prazer. Como afirma Pessanha (1992, p. 75): “o ápice desse tipo de prazer é a conquista da imperturbabilidade de espírito (ataraxia). Mas ela só chega pelo discernimento da diversidade dos desejos, pois nem todos devem ser atendidos”.

O mais importante seria garantir ao indivíduo o máximo de prazer. Para isso, até algumas “virtudes sociais” deveriam ser cultivadas, tais como a amizade, a doçura e a magnanimidade.

O fim da vida moral é o prazer, de modo que desaparece a idéia de bem em si. Também a virtude é relativizada, consistindo apenas na capacidade de se obter o prazer maior, enquanto o homem virtuoso torna-se aquele que sabe as formas de chegar ao máximo de prazer com o mínimo de sofrimento. Prazer não como “fruição dos sentidos”, como escreveu, e sim como ausência de sofrimento físico e moral.

Assim, fazia-se necessário que os desejos fossem controlados, a fim de não ultrapassarem os naturais. Ser prudente quanto aos prazeres e os instintos constituiria em caminho seguro à verdadeira felicidade. Na visão de Pessanha (1992, p. 75):

“esse controle racional da afetividade coloca a existência humana em sintonia com a natureza das coisas reveladas pela física e impede que se siga na direção apontada pelo desejo que não expressa uma necessidade natural, antes constitui imposição do meio social em seu aparente progresso”.

A ética epicurista orienta para a necessidade de haver limites, a fim de garantir a serenidade e uma vida feliz e sem atropelos, e para se construir uma “estética da existência”.

Zenão (324-263 a.C.) é oriundo de Cítium (Ilha de Chipre), falava pouco e via a vaidade como a coisa mais feia do mundo. Viveu de forma simples e ensinava o mesmo aos jovens.

O Estoicismo é, acima de tudo, uma ética, ou seja, uma forma de viver, cuja orientação central consiste em viver conforme a natureza, o que significa dizer, de acordo com a virtude. Os *estóicos* não fizeram distinção entre a virtude e o bem, tal como o havia feito Aristóteles. Para eles, a virtude basta-se por si mesma, é

desejável em si porque não tenderia a um fim exterior. Também, a contemplação perde lugar para a virtude moral, que é colocada como o que há de mais importante. Assim, o fim supremo da vida humana é a virtude, só ela é verdadeiramente boa.

Em que consiste a virtude? Ela é, ao mesmo tempo, conhecimento racional e força suprema. Ser virtuoso é ser senhor de si, capaz de viver de acordo com sua natureza. “Viver de acordo com a natureza é viver de acordo com a lei imaterial da natureza, de acordo com o querer divino inerente ao cosmos” (Maritain, 1964, p. 75).

Para os estóicos, no mundo acontece apenas o que Deus quer, e o sábio (o homem) deve aceitar seu destino. O mais importante é viver conforme a razão, tendo consciência do seu destino e de sua função no universo, sem deixar-se dominar pelas paixões nem pelas coisas do mundo exterior. Essa é a posição do sábio, aquele que não permite ser perturbado pelo mundo externo.

## IDADE MÉDIA

A Idade Média foi considerada pelo Renascimento, época que a sucedeu, de forma preconceituosa e como um momento de obscurantismo; de certa forma, justificado pelas epidemias e pelo medo reinante, dentre outros. Todavia, houve feitos significativos no campo cultural, como a preservação da cultura greco-romana, a produção de um pensamento filosófico e científico, a organização do sistema educacional e a criação de escolas.

A situação política e social era mais complexa, de modo que não se podia pretender a mesma harmonia da pólis grega. Também por questões ideológicas, houve o domínio da teoria sobre a prática. O Cristianismo tornou-se a religião oficial e influenciou tudo, inclusive a prática moral.

Nesse novo contexto, o conteúdo moral modificou-se, entrando em cena a *autonegação*, a *humildade* e a disposição para *obedecer*, uma vez que os seres humanos eram considerados como a imagem e a semelhança de Deus. O que os unificava era a autoridade de Deus, identificada como a origem e o fundamento da lei moral. Esta decorre de verdades reveladas que deviam ser respeitadas e seguidas a fim de que o ser humano pudesse atingir a salvação.

A ética cristã estabelece a relação entre Deus e o homem, baseando-se em verdades reveladas. Nela, Deus é colocado como *origem* e *fim* de tudo, inclusive das ações humanas. Assim, resta ao ser humano seguir as leis divinas, submeter-se a Ele.

Com esse entendimento, surgem virtudes morais diferentes daquelas da Idade Antiga, dentre as quais, a *fé*, a *esperança* e a *caridade*. Também a idéia de *igual-*

dade entre os seres humanos, pela condição de filhos de Deus. Trata-se, porém, de uma igualdade espiritual e só possível no plano sobrenatural.

A ética cristã era, pois, uma forma de regular a vida das pessoas, tendo em vista o mundo futuro. Baseava-se em regras de conduta abstratas e universais, oriundas de Deus. A subordinação da ética a princípios religiosos refletia a subordinação que a filosofia vivia em relação à teologia. As principais teorias morais desenvolvidas nesse período confirmam essa orientação.

*Santo Agostinho* (354-430) nasceu em Tagaste, província romana de Numídia, filho de um pagão e de uma cristã. Foi professor de retórica, viveu em Roma e em Milão. Após uma vida considerada desregrada,<sup>1</sup> converteu-se ao Cristianismo e tornou-se bispo de Hipona.

De início, caracterizado por grande inquietação intelectual, vinculou-se ao maniqueísmo, uma seita que acreditava que dois princípios, o bem e o mal, regiam o mundo. Não satisfeito, tomou conhecimento do pensamento de Platão e escreveu obras como *Confissões* e *A cidade de Deus*.

Agostinho viveu em um período situado entre o fim do mundo grego e o início da Idade Média (séculos IV e V), no qual o Cristianismo é o centro de tudo, e a razão acha-se em decadência. Propôs restaurá-la através da fé, pois considerava impossível ao intelecto humano levar à verdade, imutável e eterna. Desse modo, o único caminho possível seria Deus e a fé, porque era preciso “compreender para crer, crer para compreender”.

Para ele, o ser humano era a sede de Deus e o mundo exterior só fazia sentido porque tinha Deus, em si. A verdade está, portanto, dentro de cada um e será desvelada através da meditação. Essa busca da verdade faz do homem um ser inquieto e em contínua procura.

Deus era a concretização da bondade absoluta, “o princípio eterno, criador de todas as coisas; ele é o ser. Ele é em si; não muda; é pleno” (Luckesi, Passos, 2000, p. 167), enquanto o homem, a encarnação do pecado, da miséria e da danação. O gênero humano, em seu entender, constituía-se de uma “massa de pecado e perdição”, cuja recuperação dependia da vontade e da bondade divinas. A moral fazia parte do domínio divino, sendo suas normas e seus valores criações livres de Deus. Assim, os valores morais só teriam sentido por sua relação com a vontade de Deus, e o bem só seria bem diante da mesma condição.

Entretanto, o ser humano poderia, pela sua faculdade da vontade, que é livre e criadora, optar por afastar-se dos ensinamentos divinos e dirigir-se para o mal. Nesse descaminho, apesar de ser de sua inteira responsabilidade, ele precisaria da vontade e do poder divinos para reencontrar o caminho do bem. Com isso, afirmava que o *pecado* fazia parte da essência da humanidade, pois, pelo

1 Ele narra minuciosamente sua vida em seu livro intitulado *Confissões*.

pecado original, o ser humano tornou-se seu escravo e condenado a pecar sempre e, só através da *graça*, poderia livrar-se dele.

A graça, dom divino, era um instrumento necessário por ser o único capaz de resgatar o ser humano dos pecados do mundo. Por outro lado, por ser um instrumento de correção, ela poderia conviver com o livre arbítrio, sem afetá-lo.

*Tomás de Aquino* (1225-1274) nasceu em Roccasecca, na Itália, estudou na Universidade de Nápoles e no ano de 1243 passou a fazer parte da Ordem dos Dominicanos. Também estudou na Universidade de Paris, onde recebeu o título de doutor em teologia e tornou-se seu professor. Tem uma obra significativa, em que comenta a Bíblia, discute a obra de Aristóteles, dentre outros assuntos. Sua maior preocupação em todos os seus escritos, porém, é discutir o uso da razão, os erros cometidos e os acertos apresentados. Ela não deveria extrapolar seus limites e penetrar naqueles do campo da fé, nem deixar de contribuir quando fosse chamada para colaborar com ela.

O século XIII caracterizou-se como um momento de crise na filosofia, provocada principalmente pelo aparecimento das idéias aristotélicas, pela fundação das Universidades e pelo surgimento das ordens religiosas: franciscana e dominicana. Apesar das mudanças provocadas por esses acontecimentos, a essência metafísica do pensamento filosófico não se alterou.

Tomás de Aquino considera a filosofia menos importante do que a fé, à qual deveria se submeter de forma natural. Ele, como de resto todos os grandes medievais, fundamentou sua concepção de mundo e sua conseqüente concepção moral, também, em um fim último, em uma verdade transcendental, em *Deus*. Deste fim supremo dependia a felicidade humana.

A doutrina moral tomista, como toda a sua concepção filosófica, identifica-se com os princípios teóricos da doutrina aristotélica, com algumas distinções. No caso da moral aristotélica, como procuramos mostrar, a felicidade é o fim último do ser humano. Em Tomás de Aquino, o fim último é Deus, e a felicidade encontra-se Nele.

Tomás distanciou-se de Aristóteles quanto ao fim último da prática moral, entretanto, quanto ao caminho para se atingir a felicidade, eles se encontram, pois, tanto para um quanto para o outro, chegariam a ela pela *contemplação* e pelo *conhecimento*. Para Tomás de Aquino, esse conhecimento caracterizava-se como a contemplação de Deus e dos seus atributos.

Com isso, a Idade Média, sem fugir à orientação metafísica, inaugura uma novidade no terreno da moral ao deslocar o eixo do fim último da vida humana, de um valor bom em si mesmo, para um bem que está em Deus. Se para as concepções anteriores, a felicidade era atingida no próprio ser, agora, ela se encontra no plano transcendental e atingi-la requer apreender o fim último que se encontra em Deus.

Essa alteração interfere, também, no conceito de *felicidade*, que ganha caráter absoluto e transforma-se em *Bem-aventurança*, que não será atingida nem pela razão, nem pela filosofia, mas pela *fé cristã*.

## IDADE MODERNA

A Modernidade, estabelecida entre os séculos XVI e XIX, difere da anterior em todos os aspectos: econômico, político, social e espiritual. Centrada em relações econômicas capitalistas e no desenvolvimento científico, há o fortalecimento da burguesia, que postula impor-se politicamente; criam-se estados modernos centralizados e a Igreja Católica perde a hegemonia que até então desfrutava.

Nesse contexto, também ocorre a separação entre razão e fé, emergindo o ser humano como um valor em si mesmo. Desfaz-se a idéia de que existe uma natureza humana e descobre-se o indivíduo uno e sujeito como o ponto de partida e o centro do conhecimento. Do mesmo modo, não mais se sustenta a idéia da ética como o caminho para se chegar a uma vida boa no sentido aristotélico. A vida boa ganha novos significados e a felicidade passa a ser, por exemplo, a *liberdade de escolha*. A possibilidade de escolha da profissão, religião ou a forma de vida que se quiser são exemplos dessa nova condição.

Isso foi possível, porque os indivíduos passaram a ter valor por si mesmos e não apenas por serem cidadãos da pólis, como acontecia com a ética aristotélica, ou por serem a imagem e semelhança de Deus, como se dava na ética medieval.

A ética que surge e vigora nesse período é de tendência antropocêntrica, em que o *ser humano* é seu fim e fundamento, apesar de ainda consistir na idéia de um ser universal e possuidor de uma natureza instável. Assim mesmo, ele aparece como o centro de tudo: da ciência, da política, da arte e da moral.

São muitas as teorias éticas que frutificaram nesse período, entretanto, destacaremos as idéias de Kant e Karl Marx.<sup>2</sup>

*Immanuel Kant* (1724-1804) nasceu em Königsberg, na Prússia, local onde passou quase toda a sua vida, apesar de acompanhar, mesmo de longe, a grande conturbação social por que passava a sociedade, consubstanciada em fatos significativos como a Revolução Francesa (1789).

Sua contribuição é enorme nos campos do conhecimento e da ética. No primeiro aspecto, demonstrou que não era o sujeito a girar em torno do objeto, ao contrário, o que ele conhecia era produto de sua consciência.

Em relação à ética, escreveu obras como *Metafísica dos costumes* (1785) e *Crítica da razão prática* (1788). O valor concedido ao sujeito, como ativo e cria-

<sup>2</sup> Como os reflexos do pensamento marxista vão ocorrer na Idade Contemporânea, deixaremos para tratá-lo quando estivermos discutindo esse período.

dor, vai estar presente também em sua doutrina moral, ao afirmar que a lei moral era apresentada ao homem pela sua própria consciência.

Para ele, o único *bem* em si mesmo era a *boa vontade*. A vontade é boa quando age sem nenhum interesse que não seja o *cumprimento do dever pelo dever*. O ordenamento feito pela *boa vontade* é universal e deve servir a todos em qualquer tempo ou espaço. É o que ele chamou de imperativo categórico, que recomenda: “age de maneira que possa querer que o motivo que te levou a agir se torne lei universal”.

Como afirma em seu livro *Crítica da Razão Prática* (s/d, p. 43): “a vontade é independente de condições empíricas, por conseguinte, como vontade pura determinada pela simples forma da lei, e este princípio de determinação é visto como condição suprema de todas as máximas”.

Como se vê, a moral kantiana difere substancialmente das concepções anteriormente apresentadas, contudo, apresenta alguns elementos de identificação. Seu ideal moral foi profundamente marcado pelo Cristianismo e por suas convicções cristãs. Com esses elementos, ele fundou uma moral autônoma e absoluta, extremamente fiel ao valor sagrado da obrigação moral, e baseada no imperativo categórico do dever imposto racionalmente.

Enquanto as doutrinas éticas anteriores tinham por objetivo atingir uma felicidade ou um bem, esta é uma moral da *pura razão* e do *puro dever*. A prática moral devia basear-se apenas nas orientações da razão, deixando totalmente de lado o mundo empírico. Assim, ele construiu uma moral desinteressada, desprovida de qualquer finalidade e de qualquer motivação, que não fosse o “cumprimento do dever pelo dever”, pois, para ele, a única coisa verdadeiramente boa seria, como dissemos, “uma boa vontade”, a disposição em seguir a lei moral em detrimento das vantagens que ela pudesse proporcionar ao indivíduo. Assim, a lei moral seria incondicional e absoluta.

Kant reconhecia que os preceitos da sua Ética eram duros e difíceis de serem colocados em prática, contudo, estava convencido de que uma sociedade perfeita só seria possível se a beleza, a felicidade, o amor, se submetessem ao dever e à moralidade.

Dessa forma, ele aproximou-se da doutrina moral revelada e das doutrinas idealistas ao criar uma moral que não levava em conta a situação do homem no mundo; por outro lado, ele distanciou-se das doutrinas morais da Idade Antiga e da Idade Média ao perceber a fragilidade do *eudemonismo* e do bem supremo e edificou uma moral mais consistente alicerçada no puro dever.

A moral kantiana, baseada no puro dever, é metafísica e idealista, na medida em que se fundamenta num princípio formal (o dever), sem lhe dar um conteúdo propriamente dito. Sua moral baseia-se num princípio universal da vontade que, supostamente, direcionaria toda a ação humana.

## IDADE CONTEMPORÂNEA

Esse é um período de grande progresso científico e valorização do ser humano concreto. Também de reação ao formalismo e racionalismo kantianos e, desse modo, a uma ética centrada em valores absolutos. Exige-se uma ética que tenha o ser humano como sua origem e seu fim.

Não podemos falar de uma noção comum de bem nem de felicidade porque não sabemos o que deve ser uma humanidade perfeita; assim, as regras morais transformam-se em regras de convivência e os direitos fundamentais passam a ser a *igualdade* e a *liberdade*, ou seja, as chamadas “virtudes públicas”.

Diante de uma sociedade plural e heterogênea, a ética precisa ser capaz de garantir o *cumprimento de direitos fundamentais* a todos os indivíduos, não pela imposição ou obrigação, com códigos a serem obedecidos. A exigência de fidelidade a princípios prontos seria muito pouco eficaz.

Representando essa época, destacaremos o Marxismo, o Pragmatismo e o Existencialismo como concepções mais significativas do ponto de vista da reflexão ética.

*Karl Marx* (1818-1883) nasceu em Trêves, na Alemanha, no seio de uma família de classe média. Foi o fundador e maior representante do materialismo histórico. Partindo do princípio de que o idealismo mistificava a realidade ao fazê-la decorrente dos conceitos e, dessa forma, criava uma moral também mistificada, pois embasada em princípios irrealis, inaugurou uma nova teoria moral com bases assentadas no *concreto, no real*, na prática.

Entendia que o ser humano era ao mesmo tempo social e histórico, objetivo e subjetivo, capaz de criar e de interferir na realidade e transformá-la à sua medida. Nesse processo, ele não só construía o seu mundo concreto, como também a sua fundamentação valorativa.

Assim, existe uma relação de dependência entre o mundo material das forças produtivas e das relações de produção, que ele denominava de infra-estrutura, e o mundo espiritual, das idéias políticas, jurídicas, filosóficas e dos valores, que ele chamava de superestrutura. Nessa relação, o primeiro exerce uma predominância sobre o segundo. Assim, a infra-estrutura (base econômica) condiciona a superestrutura (as formas da consciência) não de forma mecânica, e sim dialética.

Contudo, como o fator econômico é o determinante, sua alteração interfere na superestrutura ideológica e, conseqüentemente, nos valores morais. Esse tipo de entendimento serve para explicar o caráter histórico e dialético que o ser humano, a sociedade e os valores ganham na doutrina marxista.

A moral (e o processo a ela articulado) na sociedade, em geral, e na burguesia, em específico, serve de justificação às relações materiais e sociais que os seres humanos estabelecem entre si. Muitos dos preceitos morais definidos só podem

existir em determinados regimes sociais. Por exemplo, o preceito “não roubar” só pode existir em uma sociedade onde impera a propriedade privada; sem ela, não poderia existir roubo. Assim, a moral, ao mesmo tempo, se assenta e se direciona às relações que os seres humanos estabelecem entre si. Daí vem a compreensão de que a moral compõe, com outros elementos, a superestrutura espiritual da sociedade.

As relações que os indivíduos mantêm com o mundo alteram-se continuamente, pois elas seguem o fluxo das transformações histórico-sociais e, principalmente, econômicas. Com isso, não queremos dizer que as formas de produção ou a história são as únicas responsáveis pelo destino dos seres humanos. Ao contrário, existe uma *relação dialética* entre elas e as idéias humanas, sendo esses os maiores protagonistas da história.

Assim, a moral deixa de ser, como queriam os idealistas, um conjunto de valores eternos e imutáveis aos quais os seres humanos deviam submeter-se, e transforma-se em um conjunto de normas construídas por eles a partir do próprio processo de desenvolvimento das sociedades, tornando-se temporais e espaciais.

Apesar de a moral ser uma construção humana, nas sociedades divididas em classes ela representa os interesses da classe dominante. Não que este seja o único caminho possível – o de cima para baixo – mas pelo fato de que, como entendia Marx, as idéias dominantes em uma sociedade são as idéias da classe dominante. Isso decorre do fato de ser a classe dominante quem detém os meios de produção, assim como os mecanismos de poder a eles articulados – os meios de comunicação de massa, a veiculação de valores, os serviços da legislação etc. –, podendo impor suas idéias a quem não os possui e que se encontra, de certa forma, vulnerável a aceitá-las.

A moral sob a perspectiva marxista é *relativa*, porque condicionada ao momento e às condições históricas, e também de *classe*, pois cada classe elabora seus princípios morais, os quais serão constituídos ou adaptados aos princípios da classe dominante, ou antagônicos a eles. Com isso, os valores morais alteram-se de época para época ou apresentam-se com características diferentes dentro de um mesmo período, a depender das diferentes classes sociais.

*Friedrich Nietzsche* (1844-1900), de origem alemã e filho de pastores protestantes, após ter pensado em seguir a mesma carreira, afastou-se do Cristianismo e passou a criticá-lo, assim como fez com todas as teorias científicas e com a sociedade. Seu interesse não consistiu em formular um sistema teórico, mas “uma experiência estética da vida”, a qual considerava muito mais importante do que o primeiro.

Escreveu livros como *Nascimento da tragédia*, de 1871; *O andarilho e sua sombra*, de 1880; *A gaia ciência*; *Para além do bem e do mal*, de 1886; e *A genealogia da moral*, em que faz, entre outras coisas, uma verdadeira inversão dos valores, colocando aqueles que eram tidos pela tradição como fundamentais em segundo plano, ou seja, como erro e decadência.

Procurou ultrapassar a dicotomia que colocava a *verdade* como um *Bem* e o *erro* como *Mal*, buscando conhecer a origem dos valores, ou seja, entender o porquê da valorização de determinados atos e não de outros.

Com esse objetivo, criticou o conceito de *Bom* ensinado pela sociedade, que visava acomodar os indivíduos, em especial os fracos. Como escreveu na *Genealogia da moral*: “o bom é o que não injuria ninguém, nem ofende, nem ataca, nem usa de represálias, senão que deixa a Deus o cuidado da vingança e vive oculto como nós e evita tentação e espera pouco da vida, como nós os pacientes, os humildes e os justos” (Nietzsche, 1985, p. 79).

A crítica recai, em especial, sobre os representantes do Cristianismo, que, segundo ele, procuravam passar um ideal ascético para a vida humana, onde as pessoas estivessem distantes da ambição, da alegria e das transgressões, por exemplo. Como definiu: “por ideal ascético entendem o ascetismo alegre do animal que se divinizou, que voou do ninho e que fez pairar o seu vôo por cima da vida, em vez de descansar nela” (Ibidem, p. 73).

Disse que a sociedade ensina os indivíduos a viverem de acordo com um moralismo doentio, que desqualifica o que existe de mais humano, como os sentimentos e os instintos. Para isso, os disciplina, os “educa” a fim de torná-los “apreciáveis”. Nesse processo, usa a dor como um recurso importante, como auxiliar da memória. Situação que ele critica veementemente, pois acredita que somente os indivíduos que conseguiram livrar-se dos costumes e da moral serão independentes e “próximos de si mesmos”.

O indivíduo soberano é o que se orienta por sua *consciência* e responde por si mesmo. Recomenda, portanto, aos seres humanos lutarem para tornarem-se “senhores dos seus instintos fundamentais, dos seus instintos plebeus e animalistas” (Ibidem, p. 32), que haviam sido deixados de lado por imposição de um “moralismo doentio”.

Charles Sanders Peirce (1854-1914) nasceu em Cambridge, filho de um matemático reconhecido, especializou-se em física e matemática. É considerado o criador do *Pragmatismo* – de *prágma* –, que significa ação e, depois, prática. Essa tendência surgiu entre pensadores norte-americanos como justificativa para o valor concedido pela sociedade burguesa ao lucro e ao bem-estar material. Inclui entre seus representantes, além do criador, William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952).

Desconsiderando toda verdade metafísica, defendia que as questões filosóficas precisavam ser tratadas mediante o rigor do método científico, por acreditar que “a importância de uma concepção filosófica dependia de suas consequências práticas” (Luckesi e Passos, 2000, p. 218).

O Pragmatismo foi definido por ele como um método e não como uma teoria, por seu objetivo que consistia em auxiliar a compreensão da ciência e da filosofia. Procurava compreender a relação entre teoria e prática, pensamento e ação.

Como se vê, é uma concepção que se distancia da especulação e se vincula aos problemas práticos e utilitaristas. Vê o útil, o necessário como o único caminho da verdade.

Para ele, a *verdade* é o *útil*, ou seja, o que melhor ajudar os seres humanos a viverem e a conviverem. No que se refere à moral, algo é bom quando conduz à obtenção de um fim exitoso. Não existem, portanto, *valores absolutos*. O que é bom ou mau é relativo, variando de situação para situação. Depende de sua utilidade para a atividade prática.

Jean-Paul Sartre (1905-1980) nasceu em Paris e foi criado pelo avô, em virtude da morte prematura do pai. É considerado um dos expoentes do Existencialismo, concepção filosófica que parte do princípio de que a existência precede a essência, ou seja, que o indivíduo é aquilo que quiser ser, que se projetou ser.

O filósofo é representante do existencialismo ateu, que rejeita toda verdade metafísica, assim como todo valor universal. Como não existe lei, o ser humano tem o direito de escolher o seu destino e a sua vida, e por essa escolha é totalmente *responsável*. Não havendo lugar para a existência de um ser sobrenatural, tudo, inclusive os valores, decorre dos seres humanos. Como escreveu: “o homem primeiro existe, se descobre e só depois se define. Assim, não há natureza humana visto que não há Deus para conceber” (Sartre, *Os pensadores*, 1979, p. 6).

A ética baseia-se na *liberdade* como fim, de modo que são os seres humanos que vão atribuir valor ao mundo, pois ele não tem valor nem sentido. Os seres humanos vão lhe atribuindo valor, a partir de sua experiência concreta e de suas escolhas. Assim, o valor do ato moral não se dá pela submissão a princípios estabelecidos e sim pelo uso que o sujeito fizer de sua liberdade. Só a *liberdade* decide, e como não existem parâmetros, leis, normas, a liberdade torna-se o fim da moral e o valor mais importante.

Como assevera Maritain (1964, p. 426): “na ausência de todo e qualquer valor, objetivamente fundado e de qualquer preceito de uma lei moral universal – agora que já não há ninguém para dar ordens, é a cada indivíduo particular que compete criar ou inventar em cada caso os valores que orientam sua conduta” (Ibidem, p. 426).

Essa é uma concepção surgida em momento de crise (Segunda Guerra Mundial), em que os indivíduos precisavam acreditar em seu potencial criador e abandonar o conformismo a fim de reconstruírem suas vidas e a sociedade.

## ESCOLA DE FRANKFURT

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela confiança absoluta na razão, considerada o único critério de verdade, responsável pela emancipação do ser humano e pela sua realização. São também marcados pela confiança na ciência como

condição de progresso individual e social. Essas convicções foram abaladas em decorrência dos rumos que elas foram tomando, deixando o ser humano e seus interesses em segundo plano diante da razão tecnológica.

O surgimento da Escola deu-se nesse momento difícil, em que a confiança cega na razão emancipatória foi desfeita, dando lugar à crítica no seu poder de levar os seres humanos a situação verdadeiramente humana; também criticavam as conseqüências da atividade científica. No Prefácio da edição de 1947, do livro *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer demonstram a que eles da Escola de Frankfurt se propunham: “o que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (1985, p. 11).

A *Escola de Frankfurt* é a grande responsável por esses debates, especialmente pela ênfase que deu aos estudos sobre a razão. A designação foi concedida a um grupo de pesquisadores alemães vinculados ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt,<sup>3</sup> destacando-se Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Walter Benjamin e Jürgen Habermas. Suas reflexões partiram das teorias marxista e freudiana, assim como das influências recebidas de pensadores como Hegel, Kant e Max Weber.

Adorno (1903-1973) nasceu em Frankfurt, e, com a tomada do poder pelos nazistas, refugiou-se na Inglaterra e em 1938 mudou-se para os Estados Unidos. Ao regressar para a Alemanha no ano de 1950, trabalhou pela recuperação do Instituto para a Pesquisa Social.

Criticou o otimismo de Walter Benjamin acerca do poder revolucionário do cinema, pois acreditava que ele não discutia o antagonismo existente no interior da “técnica”. Para ele, a técnica estava exercendo grande poder sobre a sociedade, especialmente pela mão dos mais fortes economicamente. Assim: “a racionalidade da técnica identifica-se com a racionalidade do próprio domínio”.

Também, ao lado de Horkheimer, discute a *indústria cultural* como portadora da ideologia dominante e comprometida em determinar o consumo. Para eles, através dela os comportamentos poderiam ser homogeneizados e haveria a massificação das pessoas:

“a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina o próprio consumo. Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses” (Horkheimer e Adorno, *Os pensadores*, 1991, p. IX).

3 O Instituto foi fundado no ano de 1923, pelo economista austríaco Carl Grunberg.

Crítica que o ser humano, apesar de ter sido liberto do mágico, transformou-se em vítima da técnica, da indústria cultural que pretende barrar a consciência crítica das massas. Com esse empenho, o ócio, a diversão e o lazer tornaram-se prolongamentos do trabalho.

Horkheimer (1895-1973) nasceu em Stuttgart e permaneceu em Frankfurt até 1934, quando teve que se refugiar, mudando-se para os Estados Unidos, onde se tornou professor na Universidade de Colúmbia. Em 1949, retornou a Frankfurt e passou a se dedicar à reorganização do Instituto de Pesquisa Social.

Delineou os traços principais da teoria crítica<sup>4</sup> em oposição à teoria tradicional, para ele, assentada no pensamento cartesiano. Essa teoria não se preocupa com a “gênese social dos problemas” de como a ciência é usada. A ciência tradicional, pela busca de rigor, se torna abstrata e distante da realidade. A teoria crítica superaria esse subjetivismo e procuraria conhecer a “práxis histórica”.

Em uma conferência proferida no ano de 1951, ele formaliza a crítica à ciência tradicional: “o positivismo caracteriza-se por conceber um tipo de razão subjetiva, formal e instrumental, cujo único critério de verdade é seu valor operativo, ou seja, seu papel de dominação do homem e da natureza” (Horkheimer e Adorno, *Os pensadores*, p. XIII).

Sua proposta é no sentido de os indivíduos reagirem às imposições totalizadoras impostas pelo positivismo.

Em suma, os dois filósofos denunciavam que a razão iluminista, que se apresentou como uma promessa de emancipação do ser humano, inverteu o compromisso ao tornar-se instrumental e a serviço da dominação desse e da natureza. De maneira pessimista, não viam saída para o problema, pois para eles faltava consciência revolucionária nos trabalhadores que tinham se rendido ao capitalismo.

Marcuse (1898-1979) é fortemente influenciado por Marx e Freud. Em seu livro *Eros e Civilização*, ele afirma que “as pessoas livres não necessitam de libertação e as oprimidas não são suficientemente fortes para libertarem-se” (1981, p. 16). Analisa que a relação entre liberdade e servidão passou a ser tida como algo natural, assim como o amálgama que se fez entre liberdade e agressão, produção e destruição. Também registra o seu empenho em edificar um mundo de acordo com os “instintos vitais” dos seres humanos. Faz-se necessário mudar os rumos da idéia de progresso, subverter a ordem. Como escreveu, uma nova direção para o progresso “dependeria completamente de oportunidades de ativar necessidades orgânicas, biológicas, que se encontram reprimidas ou suspensas, isto é, fazer do corpo humano um instrumento de prazer e não de labuta” (1988, p. 16).

4 Expressão usada para o conjunto das concepções da Escola de Frankfurt.

Defende que a tecnologia poderia ajudar a sociedade a ser menos repressiva, permitindo aos seres humanos mais tempo livre. Contudo, tem consciência que tal reorientação não depende da tecnologia e sim dos indivíduos. Seu prognóstico para a ausência desse redirecionamento é sombrio, pois resvalaria na dominação do ser humano por algo que ele mesmo havia criado e na sua posterior massificação e impotência para a crítica e para a condução de seu próprio destino.

No livro *A Ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, ele acusa a sociedade de ser irracional e justifica sua posição nos seguintes termos:

“sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional” (1973, p. 14).

Habermas nasceu no ano de 1929 e faz parte do segundo momento da Escola. Tenta dar continuidade ao pensamento frankfurtiano através da teoria da *ação comunicativa*. Ele procurou repensar a razão e a teoria de uma sociedade democrática, pois achava que ela havia sido reduzida a uma força produtiva. Nas palavras de Tenório (2002, p. 53): “a razão, portanto, mesmo aquela ‘crítica’, não emancipa o homem, uma vez que utiliza critérios positivistas para analisar questões práticas”.

Apesar disso, discorda de Adorno e Horkheimer quanto à impossibilidade de existir uma razão emancipatória, pois não acreditava nos trabalhadores como agentes de mudança e propunha a razão dialógica, centrada no diálogo e na argumentação. Nas palavras de Cotrim (2000, p. 226):

“razão que surge da chamada ação comunicativa, do uso da linguagem como meio de conseguir o consenso. Para tanto, é necessária uma ação social que fortaleça as estruturas capazes de promover as condições de liberdade e não constrangimento imprescindíveis ao diálogo”.

A ética elaborada pelo filósofo sedimenta-se nesse princípio e é defendida como uma *Ética do discurso*. Nela não há uma universalização da forma de agir à maneira kantiana. O princípio moral só se torna válido quando for capaz de incluir a posição de todos os abrangidos, não através do seu consentimento, mas da sua participação argumentativa efetiva. Isso porque, como registra o autor em seu livro *Consciência moral e agir comunicativo*: “ao entrarem numa argumentação moral, os participantes prosseguem seu agir comunicativo numa atitude reflexiva com o objetivo de restaurar um consenso perturbado” (1989, p. 87).

Para ele, as argumentações morais são úteis para desfazer consensualmente os conflitos que se dão na prática; assim, elas devem produzir acordos que sejam expressão da vontade comum e não tem dúvidas de que “só um processo de en-

tendimento mútuo, intersubjetivo pode levar a um acordo que é de natureza reflexiva; só então os participantes podem saber que eles chegaram a uma comunicação comum” (1989, p. 87).

Desse modo, como dissemos, não há uma prescrição de comportamento moral a ser seguido por todos de forma categórica, mas a apresentação de alternativas para que sejam analisadas por todos e receba deles suas opiniões. A norma universal será aquela da vontade de todos.

Na visão do filósofo, a participação efetiva de cada indivíduo nesse processo era necessária, dentre outros motivos, porque evitaria que os outros deformassem seus interesses. Apenas ele teria o verdadeiro conhecimento daquilo que lhe fosse importante. Entretanto, a exigência não pressupõe que seus interesses devam ser impostos, ao contrário, devem ser expostos aos argumentos e críticas dos demais.

Além disso, as interpretações das necessidades individuais não podem dar-se de forma *monológica*, pois são frutos da tradição que é partilhada por todos. Desse modo, a *Ética do discurso* afirma que as argumentações morais inserem-se nos contextos do *agir comunicativo*.

Em síntese, como dissemos no início do capítulo, as doutrinas morais variam a depender das condições histórico-sociais e da forma de interpretação da realidade hegemônica. Os pensadores da Idade Antiga desenvolveram uma moral de elite, própria de homens livres, os únicos considerados com direito a participarem da vida moral. As idéias dos três principais pensadores do período orientavam a vida na pólis.

Na Idade Média, os princípios morais possuíam um conteúdo religioso e prometiam aos indivíduos uma vida melhor, numa realidade mais justa e igualitária que seria atingida no céu. Com isso, tentavam disfarçar as injustiças cometidas nas sociedades e arrefecer os possíveis focos de revolta.

Em Kant, identificamos uma reação aos princípios medievais e uma crença antropocêntrica moderna. Seu pensamento acompanhou os grandes acontecimentos que antecederam a Revolução Francesa e, assim como os exponenciais do pensamento alemão, ansiou pela cristalização do liberalismo.

Na Idade Contemporânea, a ética apresenta-se como uma forma de reação contra o formalismo das teorias modernas, como a kantiana, a favor do mundo concreto, histórico e do ser humano real. Para os frankfurtianos há uma descrença na razão cartesiana, que se transformou em razão instrumental, a serviço do capital. Habermas propõe uma *Ética do Discurso*, centrada no diálogo e na argumentação.